

Cartografia das amas-de-leite no Rio de Janeiro ou exercício de decifração de marcas de corpos cativos impressas no imaginário oitocentista

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia

A presença de corpos escravizados nas mais diversas atividades de trabalho conferia singularidade à paisagem do cotidiano na Corte imperial e aos discursos que proliferavam na sociedade carioca oitocentista. Eles aparecem não apenas na expressão de viajantes estrangeiros, mas também em registros privados e públicos, em textos administrativos, acadêmicos, na literatura e na iconografia do período. Nas páginas do *Jornal do Commercio*, por exemplo, colunas repletas de anúncios evidenciam a dinâmica do mercado de seres humanos e exibem detalhadamente aqueles corpos que se distinguiam pela condição cativa, pela origem africana, por marcas de raça-etnia, sexo-gênero, conduta e idade.

Trata-se de um alfabeto que localiza essas identidades na zona apartada e considerada inferior, representada pela condição cativa, e que valoriza aqueles corpos no desvalor de sua condição civil. Suas imagens aparecem confinadas em uma esfera de subalternidade social; trazem à luz o movimento de um comércio ignóbil e a violência de relações sociais que estavam naturalizadas na sociedade. Cotidianamente eram produzidas as marcas das diferenças que desenhavam hierarquias sociais, que delimitavam espaços e posições por meio de sinais e gestos que reiteram o poder proprietário ao lado da condição cativa e aviltada da propriedade humana.

Entre esses corpos, as amas-de-leite eram aqueles oferecidos, desejados e sublinhados pelas marcas biológicas reveladoras da singularidade de seus atributos como mulher, procriadora e nutriz. Os anúncios falam da procura pelo leite sadio e, além dele, da expectativa de que as amas pudessem exercer outras prendas da vida doméstica. Paradoxalmente, apesar de reconhecidas pela capacidade para nutrir, apesar de serem tomadas como

objetos de troca e de uso, sem que a elas fosse reconhecida a posse do próprio corpo e, geralmente, do próprio filho ou filha, esperava-se que sobrevivessem a sucessivos desterros e desenraizamentos e pudessem manifestar um traço de humanidade pela capacidade de exercitar o carinho.

Respondendo às expectativas do mercado consumidor, importava salientar a saúde das peças escravas, a idade das amas, a idade do leite. Estes anúncios também sublinhavam a “boa conduta” e o “bom comportamento” de corpos dóceis geralmente ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cativos’, com “leite bom, sadio e abundante”. Aliás, ao sublinharem tais características e produzirem imagens de corpos ‘afiançados’ e dóceis, esses enunciados estimulam a imaginação do leitor contemporâneo em relação às práticas de resistências, tão possíveis quanto indesejadas pelas famílias proprietárias e locadoras de seus serviços.

Os enunciados que se multiplicam a partir de 1850, com a extinção do tráfico, destacam qualidades biológicas, meio animais e meio humanas dessas mulheres e configuram uma trilha para a reflexão sobre a demanda diária dos corpos nutrízes; incitam o exercício de desnaturalização dos códigos e das práticas disseminadas da escravidão; estimulam o exercício do estranhamento ante a violência daquele comércio infame.

O valor da idade, da reprodução e da sexualidade

Precisa-se de uma boa ama de leite, branca ou parda: não se olha preço; dirija-se á rua do Hospício n. 37, loja.¹

Até o ano de 1888, no século XIX, podia-se pagar até 2.000\$000 pela compra de uma mulher no Rio de Janeiro. Podia-se, também, alugar uma delas em escritórios, casas de comissão ou diretamente de seus proprietários, pagando-se entre 6\$000 e 35\$000 mensais.

Apesar da oscilação de preços e da propaganda em torno de suas qualidades, a questão da idade parece significativa na composição do preço da escrava. Kátia de Queirós Mattoso tentou esboçar uma classificação dos termos usuais em relação às faixas etárias – “molequinho/a”, “moleco/a”, “molecão/molecona”, “negro/negra”, “pardo/parda”, “velho/velha” –, mas desistiu de estabelecê-la diante da imprecisão de alguns documentos referentes aos escravos². Nessa profusão de termos, é interessante pensar a engenhosidade do discurso social para fugir ou fixar classificações. Estas que aparecem em textos onde é visível a produção sistemática de um conjunto de marcas que são impressas em corpos cativos para significar valores financeiros, morais e simbólicos dos quais a sociedade escravocrata oitocentista provavelmente demorou a se desgarrar ou deles prescindir.

A pesquisa da historiadora em testamentos e inventários da Bahia demonstrou que os escravos do sexo masculino foram mais valorizados do que as do sexo feminino (entre 25 a 50%) no período de 1820 a 1888. Além disso, nas décadas de 1860 e 1870 uns e outros chegaram aos preços mais altos do período, fazendo com que as cativas chegassem a custar 2.000\$000 e os cativos, 2.500\$000. São valores equivalentes aos praticados na capital da Corte que, além de variarem quanto ao sexo-gênero, à saúde, à idade, às habilidades para diferentes serviços, traduziam o jogo da oferta e da demanda e a necessidade específica do comprador e do vendedor, daí o aumento verificado nas décadas de 60 e 70³. O valor da sexualidade assinalada também pela idade do corpo procriador evidencia-se, por exemplo, quando se comparam os anúncios abaixo.

VENDE-SE, por 1.500\$, uma negrinha de 16 annos, engomma e cose perfeitamente e lava; na rua de S. Pedro n. 258

VENDE-SE, por 520\$, uma preta quitandeira que lava e cozinha bem; na rua de S. Pedro n. 258. (...) ⁴

No movimentado escritório da rua de São Pedro, no Rio de Janeiro, a jovem promissora que “engomma e cose” era oferecida para a venda por 1.500\$000, enquanto a “preta quitandeira”, que “lava e cozinha bem”, podia ser comprada por 520\$000. Não se pode deixar de pensar na habilidade da jovem cativa na prática da costura, de espalhar a goma e esticar as roupas da família proprietária com o ferro de passar. Tampouco é possível desprezar atributos outros da “negrinha de 16 annos” para atender as necessidades e desejos de senhores, seus proprietários.

Entre especialistas da demografia, cogita-se que em sociedades de alta fecundidade as mulheres, inclusive africanas, procriam no período entre os 15 e os 50 anos. O sociólogo Michel Bozon questiona a neutralidade desse pressuposto e, para isso recorre às reflexões de Paola Talbet, antropóloga que criticou o uso da noção de ‘fecundidade natural’. Esta preferiu propor o conceito de “reprodução forçada”,

... com a finalidade de ressaltar que as mulheres eram socializadas em relações sociais de sexo que, na verdade, eram relações de produção (de crianças) a serviço dos homens, visando reduzir ao mínimo os períodos não-reprodutivos.⁵

A estigmatização da mulher estéril não se produz apenas nas sociedades africanas e, segundo Bozon, a violência simbólica da obrigação de reproduzir para mulheres de sociedades muito fecundas corresponde ao fato de não poderem deixar de querer muitos filhos.⁶

No caso das africanas trazidas para o Brasil no século XIX, desenraizadas de suas comunidades de origem, e de suas filhas, nascidas em terras do Brasil Imperial e igualmente cativas⁷, eram mulheres imersas em relações específicas da escravidão, quer dizer, submetidas a violência ainda mais evidente, física e também simbólica, porque estariam à disposição do mercado de corpos e dos desmandos da cultura patriarcal e escravagista, portanto a idéia de “reprodução forçada” ganha contornos expressivos.

Seus corpos eram percebidos como objetos de consumo, de exploração para trabalhos, usos e satisfações diversas. Eram mercadorias adquiridas, vendidas, transferidas, alugadas, objetos de que se toma posse por quem deles detém ou passa a deter a propriedade. Com esse valor de propriedade, de mercadoria que se compra ou troca, acrescido do valor do trabalho que se explora pelo qual se obtém rendas, o corpo cativo feminino apresenta, além disso, o valor de um bem de que se serve amiúde para a satisfação sexual, com a vantagem de se poder, com isso, multiplicar o rebanho cativo e, ainda, de se explorar o corpo que aleita, este que representa um valor especial no mercado de serviços domésticos.

Desde a Colônia, corpos cativos femininos e masculinos eram reconhecidos entre objetos de uso e abuso múltiplo e, no país independente, no quadro do direito moderno⁸, eles integram a força motriz da economia em geral, porquanto movimentavam a atividade agro-exportadora e, além dela, os serviços no campo e nas cidades, nos portos, nas estradas, nas ruas, nos becos, nas salas, alcovas e quintais. Geralmente de pele preta ou parda, podiam ser vistos atuando em quase todas as esferas do trabalho, sobretudo braçal e manual, e representavam uma condição aviltada que de forma ambivalente, passava a ser também objeto do estranhamento de viajantes europeus e do discurso indignado de setores da população contrários ao regime da escravidão. Portanto, é visível, particularmente na produção discursiva da segunda metade do século XIX, a superposição de temporalidades: o olhar ‘civilizado’ e pretensamente ‘civilizador’, quando se deita sobre a sociedade escravista, imbuído das idéias de disciplina, racionalidade e dignidade estão impregnados do conceito moderno de trabalho corrente no mundo europeu e burguês. O comentário da preceptora alemã Ina Von Binzer é revelador dessa forma de apreensão:

... neste país, os pretos representam o papel principal; (...) Todo o trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha (...). Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz,

uma preta quem nos serve, junto ao fogão, é o preto e a escrava que amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos.⁹

As marcas dicotômicas se disseminavam em discursos que davam e ensinavam a ler as diferenças e desigualdades - livres/escravos, proprietários/propriedades, brancos/negros, homens/mulheres -, estas que se desdobravam em inúmeras combinações outras hierarquizantes e (des)classificadoras.

Como assinalou a educadora, as práticas do trabalho revelam a coreografia e a *performance* de corpos que eram, em sua maioria, cativos. Mesmo que predominassem aqueles masculinos na grande lavoura, além de servirem no eito e nos lares, as mulheres escravizadas, submetidas às múltiplas formas de domínio do cativo, costumaram servir aos proprietários e seus filhos homens. Como também assinala Bozon, muitas vezes eles

... eram socialmente levados a ter uma vida sexual múltipla, na medida em que já tinham a 'posse' das mulheres e sua atividade sexual lhes permitia aumentar a mão-de-obra. Pela mesma razão, eles tampouco desencorajavam a atividade sexual de seus escravos machos.¹⁰

Ao menos na província fluminense, entretanto, nem a reprodução nem a longevidade de 'peças escravas' representava o principal interesse, quando se considera a economia de corpos negociados sob a lógica da relação custo/benefício. A empresa de suprimento de corpos, ventres e braços via mercado externo e interno de escravos¹¹ movimentava capitais vultosos e, apesar e por conta disso, era mais vantajoso obter a força de trabalho no mercado do que mirar o lucro advindo com a sobre-exploração sexual do corpo reprodutor. De acordo com o parecer de Cristiano Ottoni sobre a emancipação dos escravos em 1871, em palestras de fazendeiros do Paraíba do Sul, ouvia-se o seguinte cálculo:

... compra-se um negro por 300\$000; colhe no ano cem arrobas de café, que produzem líquido pelo menos o seu custo; daí em diante tudo é lucro. Não vale a pena aturar as crias, que só depois de dezesseis anos darão igual serviço.¹²

Isso é o que também se depreende das relações estatísticas analisadas por Mary Karasch. Ela observa, por exemplo, que os escravos morriam a uma taxa mais alta que a população livre. Depois da abolição do tráfico em 1850¹³, a taxa de mortalidade de cativos caiu significativamente, talvez pela primeira vez na história da cidade. A restrição à entrada de novos corpos naquele mercado humano resultaria no cuidado que, a partir daquela data, os proprietários passariam a dedicar às suas propriedades, em face

do receio de ficar sem elas. E não por acaso, o valor das 'peças' tendeu a aumentar na segunda metade do século XIX.

Segundo esses dados, entre 50% e 80% dos escravos nascidos no Brasil que morriam tinham menos de dezenove anos de idade e essa constatação costumou nutrir o argumento de proprietários em favor da continuidade do tráfico para substituir a força de trabalho. Eram motivações financeiras que moviam os negócios e justificavam a postura de senhores em relação à desvalorização da saúde de escravos, da reprodução no cativeiro e, particularmente, do cuidado com crianças e jovens escravos pouco produtivos. Enquanto a empresa de fornecimento de escravos africanos funcionou vigorosa e rentável, o cuidado com a preservação e criação desses jovens para as elites proprietárias era considerado um dispêndio descabido e irrecuperável. A fala dos fazendeiros da região fluminense sublinha que a maioria dos pequenos cativos morreria antes que pudesse ser posta a trabalhar, portanto, o investimento não asseguraria rentabilidade.

Com base nesses números, que indicam e sugerem muitos aspectos de uma experiência cotidiana dramática, Karasch observa que "era mais barato para um senhor comprar um menino africano de doze anos do que alimentar e cuidar de uma escrava e seus filhos até que um deles atingisse a mesma idade"¹⁴. A autora atenta que, também em razão da alta taxa de mortalidade infantil e da parturiente, os dispêndios relativos a doenças e cuidados com mulheres e crianças não estariam previstos na lógica de uma economia fundada no regime da escravidão.

Sobre as mulheres escravizadas em idade fértil e em condições de aleitar, pode-se considerar que eram seres sobreviventes de uma guerra cotidiana, em face do que a autora pondera:

... as fontes sugerem que a mortalidade das escravas era maior durante os anos vulneráveis à procriação. Tendo em vista que 81% das escravas da amostra da Santa Casa foram sepultadas com menos de trinta anos, as mortes prematuras de tantas mulheres limitavam o número de filhos por mulher e prejudicavam a reprodução da população escrava.¹⁵

O estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século aponta aspectos relevantes sobre a alta taxa de mortalidade de crianças e também de escravas parturientes. Os senhores proprietários não investiram na reprodução natural como forma de proliferação da mão-de-obra escrava, como atentou Karasch, ao observar a preferência do mercado carioca por meninos africanos e encontrar naqueles dados sobre a morte algumas das possíveis respostas para suas questões.

Entre os múltiplos silêncios da historiografia, o desequilíbrio entre os sexos, a instabilidade da vida familiar, a insalubridade, a alta mortalidade dos escravos¹⁶, maior ainda de mulheres na idade de procriação e de seus filhos, aparecem como peças de uma lógica que a demografia escravocrata produziu. Em suma, além da alta taxa de mortalidade de mulheres e crianças, ela conclui, essa lógica produziu uma mortalidade excepcional de jovens de ambos os sexos, “não compatível com as características demográficas de populações estáveis”.¹⁷

Em meio a essas constatações, é possível se pensar no valor atribuído às escravas amas-de-leite no interior da produção sistemática do desvalor da vida e da morte de jovens e mulheres que, cativos e cativas, estariam geralmente submetidos a condições precárias de saúde, higiene e fadiga e, sobretudo, a violência física e moral das relações de trabalho compulsório. Independente de consideradas com maior ou menor valia, o tratamento era coercivo nas cidades e no campo. O mesmo Cristiano Ottoni observava na área rural fluminense que até mesmo

... as negras peçadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguavam a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos e, daí, as doenças e morte às pobres crianças. Quantos cresciam? Não há estatísticas que o digam, mas, se dos expostos da Corte só vingavam 9 a 10% como então provou no Senado o sr. Visconde de Abaeté, dos nascidos da escravidão não escapavam certamente mais de 5%.¹⁸

Ainda que desinteressados das crias, no mundo da exploração abusiva das “negras peçadas e as que amamentavam”, as práticas da “reprodução forçada” e o uso sexual dos corpos de mulheres escravizadas estavam legitimados pelo direito de propriedade de seus donos. Eram práticas naturalizadas que vincavam as relações sociais e sexuais da sociedade oitocentista e as imagens construídas exprimem o cotidiano naturalizado dessa sociedade escravocrata.

Como assinalou Bozon acerca da ordem tradicional da procriação em sociedades muito fecundas, a objetivação simbólica das mulheres na cultura do patriarcado reside em formas rituais singulares de reprodução e sexualidade e permite aos homens tomar posse da descendência trazida por elas. No caso da sociedade da capital da Corte e na província do Rio de Janeiro, o corpo das mulheres escravizadas era compulsoriamente explorado, podia ser comprado, vendido, alugado e desfrutado; perce-

bido e tratado como objeto e receptáculo de que os homens tomam posse também através do ato sexual.¹⁹

Significativamente, nos diversos registros ordenadores da sociedade carioca, desde as escrituras de compra e venda, os registros policiais, até nos termos da imprensa, as imagens de mulheres escravizadas estão marcadas por sinais da condição cativa. São detalhes que se imprimem aos corpos sexuados e trabalhadores que exprimem a condição cativa, isto é, o desapossamento do próprio corpo; sinais que expressam a inferioridade também definida pelas funções do trabalho doméstico, pelas características biológicas que as significam pela cor da pele e pelo sexo-gênero, elementos que, por si e no conjunto, produzem a condição de subalternidade, identificam a possibilidade da apropriação, a disponibilidade para o uso/abuso de corpos subjugados à violência, aos castigos, ao trabalho e também àquelas marcas, que expressam formas naturalizadas da exploração compulsória.

Cotidianamente, no *Jornal do Commercio*, os anúncios veiculavam as imagens dos corpos cativos que se disponibilizavam para compra, venda ou aluguel²⁰. Eram corpos que ali apareciam bem desenhados, com um verdadeiro alfabeto de sinais reveladores do espectro de valores do mercado escravagista, no interior do desvalor do cativo.

VENDE-SE, pela quantia de 1:200\$, uma mucama muito fiel e humilde, boa costureira, engomma roupa tanto de homem quanto de senhora, faz tuyauté e lava perfeitamente; servindo também de ama de leite, por ter abundancia de leite de 5 mezes: para vê-la e tratar, na paia de S. Christovão n. 197, chacara, passando o cemiterio de S. Francisco Xavier, chacara das Palmeiras.²¹

Nem sempre a juventude de corpos procriadores estava explícita nos anúncios, todavia, no caso das amas-de-leite, a idade do leite costumava ser registrada para informar o leitor e qualificar a nutriz. Não obstante os discursos médicos já insistissem no fato de que o melhor leite para a criança era o da mãe biológica, a medicina recomendava, para o caso de se precisar de uma ama-de-leite, que se procurasse uma lactante cujo leite fosse da idade do lactente ou, pelo menos, próxima, presumindo-se que ele teria os nutrientes necessários à idade da criança.

Percebem-se, no enunciado, os embates entre a prescrição do saber médico - segundo a qual a amamentação deve ser tarefa de responsabilidade da mãe biológica - e os interesses da sociedade servida pelo trabalho escravo, que não abria mão da prática costumeira do aleitamento pelas amas-de-

leite cativas. A recomendação médica, reiterada em dezenas de teses de medicina, discussões e publicações acadêmicas, registrada em posturas municipais e projetos de regulamentação do aleitamento mercenário revela o esforço de controle do aparato científico e institucional e a resistência daquela sociedade em desfazer-se do hábito arraigado e costumeiro²². O enunciado que explicita o “leite de 5 meses”, por exemplo, demonstra uma espécie de conciliação processada, já que, embora ‘mercenário’, o leite da escrava era oferecido com as indicações necessárias para a adequação relativa, acompanhando com rigor o prescrito.

Acompanhando as conquistas da medicina, que passava a visualizar, conhecer e classificar os nutrientes lácteos e o saber que se consolida, o leite da ama deveria corresponder à idade do lactente, portanto, com o correr do século, os anúncios parecem evidenciar a informação sobre “a idade do leite”, tal como se observa abaixo:

Aluga-se uma excelente ama, com abundancia de leite de 20 dias, de perfeita saúde, muito limpa e carinhosa para crianças, de conducta afiançada, na rua do Livramento n. 141.²³

Marcas de raça, etnia, da conduta e do afeto

No elenco da classificação biológica dos corpos reprodutores e nutrízes, além dos sinais que os localizam de acordo com o sexo-gênero e a idade fértil, sexual e financeiramente promissora, além da saúde e da idade do leite, outro dado importante que lhes conferia identidade e (des)valor era a cor da pele. A exploração reiterativa de marcas que exibiam sinais de raça-etnia naquele alfabeto publicitário também é reveladora de significados que se pretendia dar a ler.

Aluga-se uma preta para ama de leite; na rua do Príncipe dos Cajueiros n. 35D.²⁴

Aluga-se uma parda com muito leite de um mez, é sadia; na rua do Hospício n. 260.²⁵

Aluga-se uma ama de cor branca, com leite de quinze dias; na rua Bambina n. 2 Botafogo.²⁶

Tal como os traços demarcadores do sexo-gênero, que sinalizam para a violência da exploração da sexualidade feminina e para a procriação forçada, a cor da pele, entre outras marcas de raça-etnia sublinhadas na maioria dos anúncios não expressam categorias neutras, somáticas ou hereditárias. Lidas como construtos sociais, tais marcas transparecem o uso político das diferenças biológicas na tecnologia discursiva que faz operar as formas da hierarquização social. Tais construtos aparecem veiculados em anúncios,

entre textos que remetem a outros textos, atravessados que estão de historicidade. A questão sugere que se faça uma breve digressão.

Retomada da Grécia Antiga, a noção de *etnia* emerge no século XIX, mesclada a outras noções pulsantes no pensamento ocidental como, as de 'povo', 'raça', 'nação'. Sua trajetória semântica mantém com elas aproximações e afastamentos. Também nesses anúncios aparece a lógica operada sobre trilhos binários que estruturam o pensamento e a leitura do mundo social por meio de categorias e representações carregadas de noções valorativas, dicotômicas e complementares, tais como: natureza/cultura, primitivo/civilizado, atraso/progresso, feminino/masculino, raça/etnia, etnia/nação, feminino/masculino.

A reinvenção do vocábulo '*etnia*' no mundo moderno serviu ao zoólogo francês Vacher de Lapouge para reafirmar a relevância da categoria '*raça*' como fator fundamental da história, esta entendida como história das nações. Nessa ótica, '*etnia*' foi definida como "conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário"²⁷. Segundo Poutignat e Streif-Fernart, o termo serviu também para prevenir o 'erro'

... que consiste em confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfologias (altura, índice cefálico etc) e qualidades psicológicas – com um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura ou a língua. Tais grupo sociais – que ele define simultaneamente como "naturais e factícios" – não podem, segundo ele, confundir-se com a raça, e até mesmo lhe são "mais ou menos opostos", dado que se trata de agrupamentos que resultam da reunião de elementos de raças distintas que se encontram submissos, sob o efeito de acontecimentos históricos, a instituições, a uma organização política, a costumes ou ideais comuns.²⁸

'*Etnia*' reaparecia naquelas condições históricas, portanto, em oposição à noção de '*raça*' e também de '*nação*', para dar conta da idéia de vínculo de solidariedade que é exercida por meio de laços intelectuais e culturais de um grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política ('*nação*') e pela semelhança antropológica ('*raça*'). Outra matriz importante pode ser apreendida na obra de Renan, este que foi reconhecido como um dos mestres do pensamento do século XIX e, segundo Todorov, formulou algumas idéias originais, por exemplo, a oposição entre as '*raças*' ariana e semita. Sobretudo, Renan foi talvez o maior responsável por propagar sedimentações de uma ideologia racista comum, que se dissemina sob o anonimato na cultura ocidental, e que muito contribui para a presente reflexão.

Para ele, os negros da África, os nativos da Austrália e os índios da América constituíam raças inferiores. Ele concebia a inferioridade com base na cultura e não em traços físicos comuns. Renan acreditava que a Terra era anteriormente coberta por essas três raças, que foram gradativamente eliminadas por outras raças. E, a partir dessa premissa, cunhou a idéia de uma “eterna infância dessas raças não aperfeiçoáveis”, bem como a localização social inferior e definitiva desses “povos destinados à imobilidade”.²⁹ Registrava e difundia, assim, que era próprio de raças inferiores não apenas serem primitivas ou não civilizadas, mas além disso não serem civilizáveis, já que sofriam de uma “incapacidade absoluta de organização e progresso”.³⁰

É preciso pensar a força material dessas categorias referenciais que circulam no pensamento e o poder de um céu imaginário embebido em noções que nutrem as imagens oitocentistas no ocidente, não como uma substância homogênea, mas em sua natureza contingente, instável, move-dição, nem por isso menos sólida e fecunda. Em correntes contrárias ao humanismo iluminista do século XVIII - este representado também por Rousseau e sua dedicação voltada para fundamentar o ideal humanista como traço distintivo da espécie humana e destacar a capacidade desta se aperfeiçoar -, os estudiosos racialistas³¹ se ocupavam em classificar os grupos humanos como se fossem ‘destinados’ a uma hierarquia que estava escalonada em termos de raças ‘inferiores’, ‘médias’ e ‘superiores’, tendo como fundamento o pressuposto de um ‘processo natural’ passível de ‘legitimação da história’.³²

Também para o fundador da psicologia social, Gustave Le Bon, que repete algumas idéias de Renan, as raças não seriam aperfeiçoáveis, portanto, segundo ele, “não há exemplo na história antiga ou moderna de um povoamento negro ter se elevado a um certo nível de civilização, mas apenas rudimentos”.³³ Já em outro patamar da civilização, também fundamentada na ‘causalidade da história’, segundo o psicólogo, como as raças ariana e semita

possuem em comum, e exclusivamente, a soberana característica da beleza [e] nos aparecem em todos os lugares com um certo grau de cultura (...), é de se supor, portanto, que as raças civilizadas não atravessaram o estado selvagem e carregaram em si mesmas, desde o começo, o germe dos progressos futuros.³⁴

Em sua extensa obra, Renan pretendia observar ‘o processo de civilização’ e suas ‘leis gerais’ e, com base nesse procedimento considerado científico, constatava “a desigualdade das raças inferiores”. Relida como uma

obra representante e tributária do paradigma do conhecimento moderno, é possível pensar que para ele, e não apenas para ele, a desigualdade social entre os povos era resultante de uma força inquestionável, obra da 'natureza' e, assim, a leitura do mundo social sob a ótica das leis gerais e naturais pretendia plasmar um saber definitivo sobre a 'incontestável' hierarquia dos povos e das raças.

A dicotomia natureza/cultura parecia atravessar concepções fundadoras do pensamento moderno. O fundamento indiscutível da 'natureza', apreendida como artifício e instrumento na determinação científica de suas leis gerais, engendra a articulação binária onde as noções de 'civilização' e a 'cultura' emergem na condição de características prévias, 'explicáveis' e irrefutáveis, que conformam a identidade de povos indo-europeus em sua localização superior e dominante, daí terem sido considerados os responsáveis pelas "grandes invenções nas artes, nas ciências e na indústria". Na contraparte, as raças consideradas primitivas e inferiores emergiam nos discursos para significar o outro lado da balança, referente àqueles povos em que se constatava "sempre uma maior ou menor incapacidade de raciocinar."³⁵

Tomando um conjunto maior de discursos desde aquele período, a confusão entre as esferas semânticas e as conotações políticas dos termos 'raça', 'etnia' e 'nação' não seriam fáceis de se dissipar. Outros autores cuidaram de aprofundar a questão complexa que perpassa dois séculos sob a mira de diferentes olhares, preconceitos e discussões. Para abreviar o caminho dessa digressão, que sinaliza para a historicidade de certos signos e seus sentidos substantivos, dadas as condições teóricas e epistemológicas da contemporaneidade, criticamente é possível e necessário recusar a pensar a categoria 'raça' como fator explicativo do social, como pretendeu fazer de Lapouge e muitos outros. Tampouco é possível acreditar no caráter apolítico das teorias dos racialistas, especialmente de Renan, que entendia o elemento étnico como objetivo e fatalista, em oposição à subjetividade e à vontade como instrumentos e efeitos da representação coletiva, fatores decisivos para a formação das nações.³⁶

Retomar a discussão possibilita acompanhar a construção histórica de categorias, conceitos e matrizes relevantes, não apenas para circunscrevê-las no âmbito do interesse de certos autores europeus, particularmente franceses, mas para se pensar nas condições de produção dessas substâncias e sua disseminação nos discursos cotidianos da capital da Corte, quer dizer, pensar nas estratégias de produção de diferenças, na delimitação de desigualdades e na produção de modos de subjetivação, ou nas

práticas de conquista de territórios de verdade. Com efeito, tais sentidos não circularam apenas entre os representantes do pensamento francês e europeu, mas tiveram lugar central na configuração de uma *episteme* ocidental, particularmente em discursos que foram produzidos em sociedades que absorveram e influenciaram noções, normas e padrões de comportamento identificados com a civilização e o progresso.³⁷

A abordagem dessas matrizes permite, portanto, tanger a historicidade dessas categorias – e perceber a amplitude da sua conotação hegemônica –, a fim de que se consiga operar com a abordagem crítica contemporânea, tal como formulada por Poutignat e Streiff-Fenart, para quem o termo ‘raça’ ou ‘qualificativo racial’

... não mais denota a hereditariedade biossômática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e as relações sociais.³⁸

A crítica à noção de ‘raça’ feita pela sociologia anglo-saxônica e o deslocamento do foco para as ‘relações sociais’, todavia, provocaria uma distinção na leitura de grupos raciais e étnicos baseada em diferenças estabelecidas no fenótipo (que dariam sentido à etnia) e não de diferenças socioculturais (que qualificam a raça). Porém, segundo os autores, ao fazer da ‘raça’ uma construção inteiramente cultural, as ciências sociais acabariam por

... abordar a variação fenotípica como elemento “simplesmente natural”, neutro e não estruturado em si próprio, e cuja utilização permite distinguir as classificações raciais de outras classificações (étnicas), desprezando o fato de que as variações fenotípicas são, elas próprias, socialmente construídas.³⁹

Acompanhando, aqui, a abordagem de Poutignat e Streiff-Fenart, salienta-se a reflexão de Wade:⁴⁰ sejam quais forem as variações fenotípicas, estas não se tornariam racializadas fora de relações sociais e históricas, isto é, as diferenças de cor, cabelo, ossatura etc., não foram escolhidas simplesmente ou naturalmente. Não seria excessivo remarcar que a eleição de certas diferenças físicas e a significação a elas atribuídas, ainda que tenham representado marcos referenciais da modernidade, não estão vinculadas a questões gerais, universais ou neutras. Daí a necessidade de se pensar historicamente para se ler e iluminar

... a construção social e histórica da própria idéia de que existem diferenças físicas significativas e daquilo que é tipicamente pensado como variação fenotípica. Disto resulta que o domínio das pesquisas sobre as relações sociais é inseparável da história de um discurso especificamente ocidental e de suas transformações.⁴¹

Para concluir, ainda que provisoriamente, essa digressão teórica e fundamentar a emergência de categorias que compõe o alfabeto simbólico onde as imagens das amas-de-leite estão localizadas, o termo 'etnia' nas ciências sociais francesas acabou assumindo o mesmo lugar semântico criticado do termo 'raça' por sua conotação biológica. Ao reincorporar o pensamento biologizante, a noção de 'etnia' assume um caráter determinista e principalmente político, carregado de valores que impregnam expressões adjetivadas como 'questões ou problemas étnicos', por isso a categoria que tem sido evitada na França contemporânea⁴² deve ser lida com cuidado.

Sob críticas diversas de pesquisadores africanistas e especialistas de outras áreas culturais, que perceberam a inadequação do conceito de 'etnia' em relação aos grupos específicos, todavia, o termo e as 'classificações étnicas' permanecem relevantes no pensamento e na metodologia antropológica. Bazin engrossa essa crítica ao reconhecer a categoria como um "sujeito fictício" que legitima os fundamentos de um histórico saber-poder:

... creia-se ou não em sua realidade substancial, a etnia é esse sujeito fictício que a etnologia contribui para fazer ser, perpetuando-o como entidade de referência em seu espaço erudito, graças a seus procedimentos indutivos e atributivos pelos quais um conteúdo de saber, por mais disparatado que seja, se encontra reunido e subsumido num único nome, no compartimento de um fichário.⁴³

Na Corte oitocentista, também as idéias estavam em movimento. De acordo com a visão do naturalista estrangeiro Von Martius, a situação racial no Brasil Imperial era análoga à de um "rio purificador", que contribuía para o "desenvolvimento sucessivo do Brasil", local onde

... se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir mutuamente de meio e fim.⁴⁴

Por outro viés, prevalecia a idéia elaborada pelo naturalista Agassiz da "deterioração decorrente da amálgama de raças" observada neste "laboratório racial",⁴⁵ que para ele representava um país onde a mistura de raças era mais interessante observar do que a "própria natureza". Entre as idéias contrárias do médico-botânico-historiador bávaro e do zoólogo-geólogo suíço-americano, que invocavam a "purificação" e a "deterioração", atravessadas por diferentes matizes de inteligibilidade, as imagens das amas-de-leite também exprimem essa substância ambivalente, porquanto eram entretecidas com malhas de discursos românticos, que recompunham

idealmente o passado para antever um futuro promissor, e com as cores de interpretações científicas, que fixavam os “perigos da miscigenação” e, geralmente, a impossibilidade da cidadania mestiça.⁴⁶

Branças, pretas e pardas não seriam, portanto, meras cores colhidas da paleta do espectro natural ou pictórico, mas eram adjetivos que modificam a substância a que estão se referindo, sugerindo diferenças e lugares sociais bem delimitados num universo singular de sentidos culturais e históricos. Assim, coridianamente eram distribuídos e impressos sinais naqueles corpos femininos ‘pretos’ e ‘pardos’, corpos possuídos e explorados, escravizados, que serviram ao aleitamento de crianças das famílias proprietárias na sociedade escravista carioca. A linguagem da imprensa publicitária e da medicina expressa, portanto, um poder em exercício de elites proprietárias e instituições sociais escravagistas na condução das práticas coridianas, inclusive daquele comércio ignóbil.

PRECISA-SE de uma preta para ama de leite, sabendo fazer o serviço de uma casa, menos lavar e engommar, para tratar, na rua de S. Jose n. 126.⁴⁷

ALUGA-SE uma ama de cor branca, com leite de quinze dias; na rua Bambina n. 2. Botafogo.⁴⁸

A cor preta costumava representar a força, a robustez atribuída à raça africana. Como vimos em Renan e Le Bon, era cor de pele que revestia e localizava as “raças inferiores” e, justamente por isso, histórica e discursivamente ‘autorizadas’ para a apreensão e a exploração para o trabalho sob a força do regime do cativo. As imagens de mulheres negras eram equiparadas às fêmeas das espécies animais, porque incivilizáveis ou capazes apenas de rudimentos de civilização. Com base naquelas noções, a cor branca, por oposição, era representativa da “raça superior” e deveria dar a ler a própria “civilização no sangue”, porque jamais conheceu o estado de “selvageria”.⁴⁹

Logo, no campo das significações, os corpos de amas pretas ou pardas estariam próximos ao lugar ocupado por cabras e carneiras também por lembrarem o aspecto animal característico de espécies cuja força física é destacada em detrimento do que se definia como ausente naqueles, o desempenho intelectual ou espiritual. No interior dessa lógica, as amas-de-leite pretas teriam um valor equivalente à tonalidade de suas peles mais ou menos escuras, fato que não por acaso mereceu a atenção dos estudos referenciais do saber médico.

Não se pode desprezar a “ortopedia discursiva”⁵⁰ que difunde uma normatização da conduta feminina civilizada conforme o modelo rousse-

niano de mãe-verdadeira e que ganhava espaços na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1874, no capítulo da tese em que trata de *Noções Especiais sobre o Leite da Mulher*, o Dr. Celso E. dos Reis procurava esclarecer o assunto, não por acaso objeto do interesse médico, sobre a relação entre as características de raça na prática da amamentação e a qualidade do leite. Segundo o doutor:

... pouca influencia exerce a côr dos cabellos sobre a composição do leite, uma vez que a mulher tenha boa constituição e bom temperamento. Todavia, Vernois e Becquerel dão preferência ao leite das mulheres de cabellos pretos e, assim procedendo, se contradizem quando preferem as mulheres de constituição fraca, que geralmente são louras e lymphaticas.⁵¹

As mulheres louras eram consideradas linfáticas, a quem falta vida, vigor e energia, daí ser possível justificar a preferência por mulheres negras para o aleitamento de crianças, fundada inclusive no costume da exploração escravista e na experiência histórica de produção discursiva dos corpos: os africanos, significando de cor negra e cativos; os europeus, de cor branca e livres. Sobre o mesmo assunto, também pretendendo classificar, prescrever e normalizar a prática do aleitamento na capital do Império, em 1880, outro médico reflete sob tal matriz, ao recomendar que

Sendo apresentadas três moças, ao medico, para amas de leite, uma de cor morena, outra branca e a terceira loura, elle escolherá de preferência a morena, depois a branca e finalmente a loura se as condições hygienicas das duas primeiras forem desfavoráveis.⁵²

Conforme se evidencia, a recomendação do especialista reafirma a prioridade do critério higienizador sem desprezar, porém, o de raça/etnia. Daí sua orientação no sentido de que, preferencialmente, deveria se escolher a morena, depois a branca. E a loura, somente se as condições de saúde e limpeza das primeiras fossem 'desfavoráveis'. Observa-se que as distinções negativas que relacionam as qualidades dos corpos às possibilidades humanas, espirituais e morais estariam bem marcadas por um regime de verdade vincado pela produção discursiva e cotidiana da hierarquização de sexo-gênero, raça-etnia, além da de condição social e classe.

ALUGA-SE uma ama de côr, de 2 meses, com muito bom leite, carinhosa para as crianças, de conducta afiançada: quem precisar dirija-se á rua da Gamboa n. 13, Saúde.⁵³

ALUGA-SE para ama de leite, uma preta de 17 dias de parto, com uma filha, muito carinhosa, garantindo-se a sua boa conducta, na rua da Candelária n. 27.⁵⁴

ALUGA-SE uma parda escura, para ama de leite, muito carinhosa, de bom comportamento, com leite de seis dias, em casa da parteira Meirelles, travessa das partilhas n. 10, sobrado.⁵⁵

Além do corpo-objeto, desvela-se, na leitura dos anúncios, as dimensões do corpo-animal e do corpo-conduta. Não que fosse uma regra, mas geralmente as 'peças' que eram alugadas ou vendidas para nutrir estavam imediatamente qualificadas não apenas pela cor, mas com destaque em relação à conduta. Significativamente, era comum que os corpos, principalmente pretos, pardos e de escravas, recebessem a qualificação ou 'atestado' de 'bom comportamento'. Eram enunciados que funcionavam como uma garantia da oferta de corpos 'higiênicos', significando um conjunto de atributos físicos e morais que eram requeridos, quais sejam: corpos limpos, saudáveis, com leite abundante e de qualidade, corpos nutrízes úteis e dóceis para a satisfação dos fregueses. Por isso, os anunciantes costumavam tornar explícito que "afiança-se a conducta", ou que eram "de conducta afiançada" e "de bom comportamento".

O enunciado que atesta ou qualifica o corpo quanto ao comportamento, remete às 'peças' oferecidas para o serviço doméstico em geral. Era uma referência às mucamas, ou seja, às cativas que servem e transitam no interior dos lares. Assim, uma pequena locução adjetiva colocada no meio do anúncio deveria funcionar como uma espécie de garantia ao leitor/locador quanto à qualidade dos serviços anunciados. No entanto, a reiteração da "boa conducta", naquele campo ambivalente dos sentidos, na insistência em buscar desfazer qualquer receio do leitor com relação ao comportamento das mulheres, instiga a imaginação com relação às possibilidades de resistência e às prováveis manifestações de indocilidade e insubmissão dos corpos, inclusive de amas-de-leite, nos lares locadores e proprietários.

O enunciado pode também servir pelo avesso no tecido da sociedade escravocrata, servindo para alertar locadores para o aspecto da segurança com relação aos desserviços que as 'peças' oferecidas sem tal garantia poderiam prestar; ou apenas para assinalar o potencial para a insubordinação que poderia estar concentrado, recalcado e comprimido em corpos que eram diária, compulsória e violentamente coagidos. Essa ressalva era tão recorrente que se torna impossível deixar de imaginar sua inversão: quais seriam as condutas indesejáveis, inafiançáveis, desviantes das mulheres escravizadas, que talvez fossem pouco incomuns, tanto quanto os sinais da garantia insinuada?

PRECISA-SE para alugar, para casa de tratamento, uma ama de leite nas seguintes condições: sadia, leite de um ou dois meses,

escrava, de cor preta e de bom comportamento; para tratar, na rua Direita n. 68, armazém.⁵⁶

Ao mencionar a necessidade de uma ama-de-leite para “casa de família”, também assinalada como “casa de tratamento”, o anúncio denota uma proposta de ‘trégua’ em um campo de batalhas. Por um lado, era anunciada a casa de “bom” tratamento no anúncio que registra a pretensão do senhorio em obter uma ama “de bom comportamento”, significado referente a uma serviçal ‘honesta’, de ‘bons modos’, que conhecesse o ‘recato’ e as maneiras adequadas ao convívio entre os entes familiares das famílias que buscavam os padrões da sociabilidade considerada civilizada. Do ponto de vista das famílias proprietárias e dos demais interessados - o negociante e o locador/comprador -, era importante salientar qualidades que tornassem visíveis e desejadas as mulheres-mercadorias anunciadas:

Vende-se uma bonita, reforçada e sadia crioula, com muito e bom leite de um mez, optima para ama, por ser sadia, carinhosa e prendada; na rua do Lavradio n. 6.⁵⁷

Aluga-se uma pardinha para ama, do primeiro parto, com leite de dous mezes; na rua da Assembléa n. 40, loja de louça.⁵⁸

Aluga-se, para ama de leite, uma escrava parda muito moça, sadia e morigerada, sem a cria, nascida há dous mezes; trata-se no armazém da rua da Alfândega n. 29A.⁵⁹

Vende-se uma crioula de 18 annos de idade, sem o menor defeito, muito ellegante e propria para ama de leite por ter um filho recém-nascido: lava, engomma e cozinha perfeitamente, rua da Alfândega n. 251, sobrado.⁶⁰

Aluga-se uma preta com muito bom leite, para ama, sendo moça e bonita, muito sadia, sem vícios e muito carinhosa para crianças; na rua Aprazível n. 12. Santa Theresa.⁶¹

‘Pretos’, ‘negros’, ‘retintos’, ‘escravos’ e até mesmo ‘brancos’ e ‘livres’, eram corpos que estavam à disposição de seus usuários, à revelia dos seres que os habitavam. Por isso eram corpos qualificados por meio de advérbios e adjetivos excessivos em enunciados que serviam para seduzir compradores e locatários, mas também para produzi-los como corpos que aleitavam, de acordo com uma política de produção identitária que instituiu marcas, traços e significados normativos às ‘peças’ escravas. Além dos adjetivos que salientam o aspecto docilizado e utilitário dos corpos – por exemplo, ‘boa’, ‘excellente’, ‘sem o menos defeito’, ‘perfeita’ –, as imagens são atravessadas por qualificações que revelavam a preocupação de locatários e locadores com a experiência sexual das ‘peças’. Insi-

nuavam suas histórias privadas, sugeriam a vida regrada em oposição à vida promíscua, questão que aparecia disseminada sob a rubrica da “boa conducta” e dissimulava a expectativa contrária à ‘moral viciada’.

As expressões dos anúncios adjetivam e servem para replicar as imagens veiculadas pelos discursos da medicina que costumava se referir às escravas como “indolentes, grosseiras e o seu moral extremamente viciado, o seu organismo é, de ordinário, a sede de grande copia de moléstias, bem como a syphilis.”⁶² A ‘corrupção da família’ aparece, portanto, relacionada com a vigência da escravidão, ou seja, ela é “intrínseca à natureza e condição escrava”⁶³ e estava agravada com o processo de modernização e laicização da sociedade.

Afinal, não só nas teses, mas também em outras publicações veiculadas na Corte, ao contrário das amas ‘perfeitas’ ou ‘excelentes’, as cativas eram freqüentemente consideradas

... negras africanas estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos, etc., o que faz com que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinentes, etc., etc...⁶⁴

A referência à qualidade atrelada ao comportamento das amas remete à idéia de Foucault de que não se proíbe aquilo que não se pratica, ou de que não se adverte sobre aquilo que não ocorre. Nesse sentido, o trecho sugere que a reiteração da ressalva deva corresponder – e também responder – à freqüência de certos comportamentos considerados indesejáveis por proprietários/locadores, mas principalmente por médicos e moralistas. Em outras palavras, a reiteração discursiva incita a imaginar que as práticas de resistência deviam ser tão corriqueiras quanto suscitavam um maior teor de suspeita e exigiam a explicitação enfática sobre maior ou menor confiabilidade das camadas proprietárias, em vista da coação e da exploração violenta a que submetiam aquelas mulheres.

O médico francês Louis Couty afirmava ser “o furto (...) um meio natural de posse”, para a maior parte dos negros do Brasil. Sinalizando para uma leitura que evidencia aquela condição ‘primitiva’ e ‘incivilizada’ da população escrava, portanto, perigosa e nociva à ordem ‘proprietária’ e ‘burguesa’. De acordo com suas impressões,

... o roubo é também uma das mazelas do serviço doméstico escravo. Muitas vezes não se tem outro remédio senão tolerá-lo, de tal sorte que, as mais vezes, uma dona-de-casa não tenta fiscalizar o seu cozinheiro negro.⁶⁵

Couty refere-se à tolerância de senhores proprietários ou locadores para com a prática de pequenos furtos e constrói uma explicação 'natural' para tais episódios. Já Sandra Lauderdale Graham, ao analisar as relações do trabalho doméstico no Rio de Janeiro no período, de outro ângulo observa que era acirrada a fiscalização dos senhores, principalmente das senhoras que, com muitos receios, mediam cada passo e cada gesto das mucamas domésticas. Estas, por sua vez, também poderiam reagir aos olhares vigilantes de diversas formas mais ou menos sorrateiras, de acordo com a reflexão da socióloga:

... tendo seu trabalho sempre supervisionado e seu comportamento sempre observado, uma criada de quarto ou uma ama-de-leite raramente escapava da presença vigilante de seus patrões. Ela sabia ser alerta, cuidadosa de evitar reprimenda ou punição aflitiva.⁶⁶

Não seria difícil inferir que as famílias usuárias dos serviços e principalmente as mulheres "que não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães", que, como 'mães não-verdadeiras', se recusavam a cumprir 'missão sublime' e 'única'⁶⁷ que lhes fora confiada, desejavam alugar ou comprar uma ama-de-leite que fosse submissa e reservada e pudesse ser considerada 'excelente', 'perfeita', 'honesta', 'humilde' e 'carinhosa'. Desejavam encontrar uma ama-de-leite que fosse diferente, por exemplo, de Guilhermina, ama-de-leite de Augusto dos Anjos que era muito "carinhosa", conforme relata o poema, embora furtasse moedas.⁶⁸ Ou diferente de tantas outras imagens da resistência ao regime, inclusive pela fuga nas ruas da capital da Corte⁶⁹, de experiências que às vezes não deixaram maiores registros, embora seus corpos evidenciassem sinais impingidos pelo castigo aplicado para punir as 'faltas cometidas'.

Significativamente, os anúncios investem no 'bom comportamento', referência que tinha força para mobilizar os interessados nos serviços, com peso para definir a escolha da ama. Assim, as qualidades reiteradas nos anúncios - no sentido de que "não saía à rua", por exemplo - deviam funcionar como uma presumida garantia de que seria possível evitar que a ama cultivasse hábitos ou amizades consideradas perigosas e, principalmente, ganhar mundo. É o que se imagina a partir da leitura do anúncio, a seguir:

Aluga-se uma excelente ama de leite do primeiro parto; mucama muito humilde e carinhosa, não sai só à rua; na praia de S. Christóvão n. 33.⁷⁰

Ao insistirem na tecla do "bom comportamento", os anúncios revelam a dimensão do conflito e indicam um espaço de tensão, onde se apreende um dos atributos tão reiterados quanto relevantes para as famílias que usufruíam daqueles serviços. Afora a dimensão do corpo-reprodutor, do

corpo-coisa e do corpo-animal, no elenco de requisitos demandados para o desempenho daquela função, estava o corpo-conduta, ou seja, a imagem do modelo normativo de "conducta boa", onde se poderia ler a ausência de 'vícios', da 'grande cópia de moléstias', imagem quase sempre associada às doenças sexuais, como a sífilis, ou um corpo que fosse 'afiançável' e, ainda, com capacidade de exercitar o 'carinho'.

O comportamento buscado nessa política de normalização de conduta das amas-de-leite era o que incluía a possibilidade de se desenvolver sua dimensão humana, paradoxalmente negada àqueles corpos reprodutores e nutrízes. A reafirmação de sua dimensão afetiva sinaliza para a classificação identitária da sociedade em seus dispositivos delimitadores da regra e do desvio; para a identificação da conduta considerada boa e, por outro lado, de comportamentos indesejáveis e considerados incorretos; ela invade a perspectiva de negociantes preocupados em divulgar o aluguel ou venda de corpos úteis, dóceis e submissos e, por outro lado, possibilidades materializadas desses corpos promoverem resistências anônimas, silenciadas, mas nem tão imponderáveis.

É essa dimensão do humano que penetra a imagem subumana daqueles corpos-coisas-cabras, insinuando mulheres lactantes marcadas pelo cativeiro e pelo estado de procriação, pela cor da pele, pelo regime de anulação de nome e sobrenome, da origem, da vontade, dos direitos ao corpo, ao destino, aos laços de parentesco. Sem nomes, sem raízes, sem memória, sem filhos ou pais, sem escolhas, sem autonomia, sem passados ou futuros, após tantos desapossamentos, requeria-se que possuíssem "muito bom leite" e fossem "carinhosas para crianças".

AMA DE LEITE - Aluga-se uma preta muito sadia e carinhosa para crianças com muito bom leite de 15 dias: na rua do Mercado n. 9.⁷¹

Aluga-se uma perfeita ama, o melhor que se póde desejar; garante-se a bondade e a abundancia do leite e o bom comportamento; no Campo da Aclamação n. 75, sobrado.⁷²

Esses são enunciados que aparecem diariamente nas páginas dos jornais da Corte e suscitam perguntas e desafios à imaginação: como essas mulheres reagiam aos mandos e desmandos? Como conseguiram viver, inclusive em seus afetos, marcadas em seus corpos e coagidas em destinos pela contingência do cativeiro e da reprodução? Que formas elas encontraram para reagir à violência, às experiências de confinamento, subalteridade e aos modos de subjetivação? Que táticas foram possíveis para

que conseguissem transpor os limites estreitos de dominação e coação diariamente reconstruídos pela sociedade escravocrata e patriarcal?

Mulheres, cabras, éguas, jumentas...

A semântica dos sinais que circulam nos anúncios de amas-de-leite se enriquece à luz do diálogo/confronto que se estabelece entre aqueles enunciados e os discursos da medicina contemporânea. As mesmas colunas publicitárias remetem a outras formas de aleitamento e nutrição de crianças apresentadas aos leitores em anúncios que cuidadosamente eram colocados próximos aos das amas-de-leite. Não por acaso, na segunda metade do oitocentos, o aleitamento materno já aparecia como uma tônica em dissertações que, também no intuito de prescrevê-lo, descreviam e analisavam comparativamente alternativas para o aleitamento dos recém-nascidos. Trata-se de uma produção que estava sintonizada com as pesquisas de colegas franceses sobre formas vigentes e possíveis de nutrição, tais como o aleitamento artificial e misto.

Uma dessas comparações se desenhava, por exemplo, entre o aleitamento materno, aquele realizado por uma 'boa ama' e o animal. Procurando criar uma ordem e definir uma hierarquia, um dos médicos apresenta uma tabela de gradações de nutrientes e explica que

... o aleitamento artificial será sempre inferior ao aleitamento materno e ao aleitamento feito por uma boa ama. (...) Para podermos mostrar os máos resultados que há no emprego do aleitamento artificial, julgamos a propósito dar aqui a analyse comparativa do leite daquelles animaes que fornecem quase sempre o leite de que se usa para este fim e igualmente a composição do leite da mulher.⁷³

	Vaca	Cabra	Ovelha	Jumenta	Egua	Mulher
Manteiga	3,20	4,40	750	150	055	3,80
Caseima	3,00	3,50	400	0,60	078	0,34
Albumina	1,20	1,35	170	135	140	1,30
Lactose	4,20	3,10	430	6,40	550	7,00
Saes	0,70	0,35	050	0,39	040	0,18
Água	87,60	87,30	81,60	89,63	91,37	87,38

José Ribeiro dos Santos ZAMITH. These apresentada à FMRJ no dia 15 de setembro de 1869
Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo (Rua Nova do Ouvidor 16-18), 1869, p.17.

O referido médico, bem como seus companheiros de cátedra, costumavam demonstrar os índices de cada elemento que integra a composição do leite para, com base na proximidade desses números, classificar as espécies nutrizas de acordo com suas possibilidades quimicamente mensuradas, daí estabelecerem comparações entre a vaca, a cabra, a ovelha, a jumenta, a égua e a mulher. Com o auxílio de instrumentos mais sofisticados de leitura e a avaliação de substâncias nutrientes, isto é, acompanhando os avanços da tecnologia e da metodologia científica, após o esquadrinhamento do produto e das fontes produtivas, a autoridade médica fazia uma demonstração para convencer e concluir no sentido de que

... o leite que mais se aproxima do leite de mulher é o da jumenta, mas não é o que ordinariamente se emprega para este fim, por causa da dificuldade que há em obtê-lo; o que em geral se usa é o da vacca ou da cabra.⁷⁴

Assim, reiterava, por meio da fundamentação irrefutável, que havia uma maior semelhança entre a mulher e a jumenta em relação às qualidades do leite. O Dr Carlos Costa, redator principal da Revista *A Mãe de Família* confirmava as constatações das teses e explicava que embora o leite da jumenta fosse o que “mais se aproxima na composição química, é porém muito difícil de obter e muito caro”.⁷⁵ Portanto, para suprir a lactação de mães, que por necessidade ou negligência não aleitavam, o leite de cabra e ovelha era mais fácil obter. Fácil pelo acesso e também pela docilidade desses animais de pequeno porte, que tornavam menos árdua a tarefa de retirar o leite para dar às crianças.

A analogia poderia sugerir, além disso, que as jumentas, como as mulheres, talvez fossem menos dóceis, ou mais teimosas e obstinadas, daí a recusa em oferecer o leite aos filhos próprios. A semelhança nos níveis de albumina, sais e principalmente de lactose que se verificava entre mulher e jumenta talvez insinuasse uma comparação em outros termos, ao equiparar animais irascíveis e casmurros, fossem mães ou jumentas, fêmeas do burro, asna. É o que se depreende do saber, das regras e leis organizadas para fundamentar as relações quantitativas e comprováveis entre aspectos físicos e traços que identificam temperamentos ou aspectos morais. Aliás, presumia-se que estes últimos pudessem ser inseminados nos lactentes, portadores do futuro, através do alimento lácteo.

Segundo a dissertação do Dr. Zamith, que em alguns momentos reproduz literalmente outros estudos sobre o assunto do período, é por meio do aleitamento materno que a criança recebe um leite apropriado às suas

faculdades digestivas. Quer dizer, o ideal seria que a “mãe, compenetrada de sua alta missão” aleitasse “por seus próprios seios a seu filho sem pensar em entregá-lo a mão estranhas”. Assim ela garantiria “esta admirável harmonia que reina entre a composição íntima do leite materno e as necessidades gradual e insensivelmente crescentes”, mantendo ao mesmo tempo “em um estado de saúde perfeito os dous entes que ficam por este modo ligados um ao outro pelos laços sagrados da natureza”.⁷⁶

Porém, ele acrescenta, as exigências “cada vez mais imperiosas da sociedade, seja porque as mulheres sofram em sua saúde, seja por dificuldades de outra ordem, têm feito admitir outros modos de aleitamento”, como o “animal” ou “mixto”. Segundo o médico,

... o leite que quase sempre se emprega é o de vacca ou de cabra, porque é o que se obtém com mais facilidade, porém como já vimos este leite é bastante nutritivo para criança toma-lo puro logo nos primeiros tempos, então deve-se diluir com um pouco d'água de gomma, que deve formar os dous terços do leite no primeiro mez, a metade no segundo, o quarto nos dous mezes seguintes; mais tarde, poder-se-ha dar puro.⁷⁷

Para esse médico, desde que se cuidasse de diluir em água de goma, o melhor e mais prático seria usar o leite de cabra. Já o Doutor Murillo Mendes Vianna⁷⁸ recomendava, no caso da mãe não poder aleitar, que se fizesse uso da cabra ou da ovelha, animais especialmente apropriados não somente em razão das qualidades do leite, mas por sua “fisiologia” adequada e pelo “temperamento” dócil. Ele acreditava que, embora o sistema do aleitamento animal fosse pouco empregado, não conviria que fosse menosprezado.

Sobre as cabras e ovelhas, o Doutor Vianna alegava que:

... além dos bicos de suas tetas, pela sua conformação, se prestarem melhor do que o de qualquer outra espécie de animal, a ser perfeitamente bem abarcados pela bocca da criança, vem a affecção de que é susceptível, a doçura e dom natural d'esses animaes, e a facilidade com que se prestam á esse officio, vindo elles mesmo appresentar ao menino suas tetas entumecidas e férteis de leite; procurando instinctivamente dar a melhor posição para isso.⁷⁹

Ele lembra, contudo, que seria conveniente “escolher uma que não tivesse pontas, que fosse ainda nova, parida de pouco, não primípara, já domesticada, e que fosse de côr branca e de pellos longos”. Não só as mulheres, mas também as cabras deveriam ser eleitas conforme a cor, “porque a côr da cabra parece influir na natureza do leite: as brancas não tem o cheiro hyrcino tão pronunciado”.⁸⁰

A interpretação que relaciona a cor do animal com o cheiro e seu temperamento, bem como a analogia entre a mulher e a fêmea, enfatiza o aspecto biológico e animal que informa a abordagem científica sobre a prática do aleitamento. Proliferavam as especulações a respeito da índole, da moral e do temperamento em relação às características físicas de mulheres e de fêmeas, atributos que se requeria para o desempenho da função fisiológica. Ao defender que a cor do animal influía “d’uma maneira bem manifesta sobre a natureza do seu leite”, o Doutor Juvenal Martiniano das Neves valorizava o saber dos “práticos” e acrescentava que, além da cor do animal ter relação com o cheiro, a qualidade e o sabor do leite, seria preciso prová-lo, posto que a qualidade do leite também depende da “idyosincrasia⁸¹ do animal que o fornece”.⁸²

Assim, esse médico reconhecia que “há animaes que dão senão um leite de má qualidade e de sabor desagradável”. Considerar o saber dos práticos era também importante para ele, porquanto eram eles que “atribuem ao leite uma influencia notável sobre a constituição, e o character das crianças”.⁸³ Na produção daqueles corpos que nutrem, portanto, o aleitamento era entendido e cunhado como um meio positivo ou negativo de canalização de valores e sentimentos, ou seja, definia-se que as características físicas relacionavam-se com os atributos morais e com a conduta das nutrizes, de modo a estabelecer estreita correspondência entre nutriz-nutriente-nutrido. Continuando nessa direção, a qualidade do leite, relativa à moral da mãe ou ama, era fundamental para a conformação física e moral do futuro adulto. Logo, considerava-se que o alimento ingerido estaria impregnado da substância virtuosa ou viciosa que seria através do leite carregada na relação da lactante com o lactente.

Daí a crença popularmente disseminada e reiterada na conclusão definitiva do Dr. Neves no sentido de que

... as crianças alimentadas com o leite de vacca são lentas, preguiçosas, tristonhas etc. o que não se dá com aquellas, que são alimentadas com o leite de cabra, que são alegres, travessas, e dotadas de uma vivacidade extraordinária.⁸⁴

Observa-se no trecho a incorporação e a explicação da idéia preconceituosa pelo saber científico e a matriz de inteligibilidade que era corrente, pela qual entendia-se que o leite era veículo de humores, valores e traços de temperamento. Por isso, a “preguiça e a tristeza” seriam incorporadas pela criança que bebesse leite da vaca e a “alegria e a travessura” pela que fosse nutrida com o leite de cabra. Essas idéias circulam não

apenas na sociedade letrada, nutridas e reforçadoras de modo exemplar do modelo de família moderna que estava em construção, embasado na figura central e rousseauniana de “mãe verdadeira”, a única e maior responsável pela nutrição e pela educação do filho. Na contra-face dessa figura, pairava, também exemplarmente, a da ama-de-leite, como uma advertência com relação ao fato de que os ‘vícios’ e a ‘estupidez’ das ‘negras africanas’, ou descendentes destas, seriam absorvidos pelas crianças. As elites proprietárias que se alimentassem de seu leite.

Naquela incitação discursiva, embora em número módico em relação à prática do aleitamento pelas mulheres escravizadas, os anúncios apresentavam as alternativas de aleitamento. Assim, as cabras e outras espécies do leite animal eram oferecidos em anúncios que eram intercalados aos das amas-de-leite. Também nos anúncios já aparece o leite processado industrialmente, considerado ‘artificial’ que, por ser importado e a oferta rara, sugere a dificuldade de se obtê-lo à época. Eram sinais de práticas que estavam se propagando, algumas se diluindo (o aleitamento animal), outras se introduzindo (o aleitamento artificial) no cotidiano do Rio de Janeiro na segunda metade do oitocentos.

CABRA - Vende-se uma, com leite de 5 dias, na rua da Alfândega n. 203, afiançando-se a qualidade.⁸⁵

Vende-se uma boa cabra de leite: afiança-se duas garrafas por dia; na rua Sete de Setembro n. 100.⁸⁶

Vende-se uma boa cabritta que dá muito bom leite, com uma cira de três semanas, muito maça (sic) e acostumada em casa; para ver e tratar, na rua de Bragança n. 9.⁸⁷

Vende-se uma carneira com leite e um filho; na rua do Senhor dos Passos n. 153.⁸⁸

LEITE CONDENSADO SEM ASSUCAR dos Alpes Suissos, á venda no deposito geral, rua da Alfândega n. 44.⁸⁹

Farinha Láctea da Nestlé. Exigir latas SOLDADAS e rótulos PORTUGUEZES. Vende-se unicamente á rua do Ouvidor n. 93. Casa da Viúva Filipone.⁹⁰

O número de anúncios de amas-de-leite é expressivamente maior, em relação ao de “cabras”, “cabrittas” e “carneiras” e das ainda mais raras fontes alternativas do produto, tais como o leite condensado e a farinha láctea. Nesses anúncios, ainda que as “pretas”, “pardas”, “escravas” fossem numericamente bem mais evidentes, nas duas últimas décadas do período já aparecem mulheres brancas e/ou livres esporadicamente. Após os anos 70,

são cada vez mais freqüentes anúncios que oferecem serviços de mulheres livres, brancas e estrangeiras, aspectos identitários que importam e aparecem com destaque, em praticamente todas as atividades domésticas. Não obstante as recomendações médicas havia quem preferisse a ama-de-leite de cor branca, principalmente nas duas últimas décadas do período monárquico.

PRECISA-SE de uma ama de leite, prefere-se branca, que seja leite de três mezes ao menos, bom e bastante, e que seja sadia e carinhosa; para tratar, na rua Gonçalves Dias n. 83.⁹¹

A preferência por mulheres brancas não parece ser expressiva nos anúncios, embora, à medida que avança o século, possa se observar o surgimento dessas imagens, cujas marcas de pele e origem são salientadas como identidade e apelo, insinuando a concorrência de estrangeiras e do trabalho livre, bem como a tendência ao 'embranquecimento' também daqueles serviços.

Aluga-se uma moça alemã para ama de leite, sendo muito carinhosa para crianças; na rua do Senador Euzébio n. 24.⁹²

Aluga-se uma boa ama de leite, portuguesa moça e chegada há pouco; dirija-se á rua do Conde d'Eu n. 235.⁹³

Aluga-se uma ama de leite, sadia, de nacionalidade italiana, casada, de muito bons costumes, muito paciente, para casa de tratamento; na rua Fernandes Guimarães n.18, parallella á rua da Passagem, em Botafogo.⁹⁴

Aluga-se uma boa ama de leite de cor preta, livre, para casa de tratamento; na rua do Hospício n. 173.⁹⁵

Hebe Mattos ressalta que durante os primeiros anos da monarquia e por todo o período regencial, foi proposto o silenciamento sobre a cor, que permanecia como marca de discriminação herdada do Império português. Segundo a historiadora, na primeira metade do século XIX, as lutas antiescravistas tinham como limites o combate ao tráfico negreiro e o respeito ao direito de propriedade e as discussões políticas se voltavam para a conquista de igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros livres, para além da diferença de cores.⁹⁶ A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno de direitos civis e políticos aos libertos, entretanto, mantiveram a questão da 'discriminação racial' como uma questão presente na vida das populações por todo o período imperial. Ela atenta para o fato de que:

... apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros, reconhecida na Constituição, os brasileiros não brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento de sua condição de liberdade.⁹⁷

A partir de meados do século, iniciava-se uma política de incentivo à imigração europeia, que acompanhou o processo que culminaria com a abolição da escravidão e exprimia uma intenção mais ou menos evidente de "tornar o país mais claro".⁹⁸ Tal pretensão aparece nos discursos do período. A idéia do 'embranquecimento' da população resultava de proposta política embasada nas teorias raciais fundadas em modelos evolucionistas e no darwinismo social, que, como ressalta Lilia Schwarcz, serviram para explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca.⁹⁹

Efeitos dessa política de 'embranquecimento' são visíveis na oferta de amas-de-leite no jornal. Significativamente, embora as brancas, estrangeiras e livres não fossem anunciadas para venda, eram mulheres submetidas aos mecanismos de publicidade e a relações de trabalho vincadas pela experiência da escravidão, daí o mesmo tratamento de 'aluguel' dado às mulheres escravizadas que, ao longo de todo o período monárquico, foram predominantes naquele tipo de serviço.

As estrangeiras, portuguesas, inclusive as 'Ilhoas', também surgiam no cenário da Corte, sempre mediadas por um senhor, que provavelmente não era seu proprietário, mas que a representava individualmente, ou a um escritório de comissão.

Aluga-se uma excelente ama de leite, recém chegada da Ilha Terceira, com muita abundancia de leite, por preço módico; para ver e tratar, na rua do Senado n. 5, com o Sr. Athayde Soares.¹⁰⁰

Os leilões de escravos e escravas chegados da África desaparecem das páginas do jornal após 1850, saindo ao menos dessa vitrine carioca, uma vez que o contrabando não desapareceu e o tráfico interprovincial se acentuou. Os anúncios de leilões de lotes de escravos/as trazidos do norte/nordeste também se tornaram menos freqüentes após 1870. Na segunda metade do século, o infame comércio na Corte era realizado por proprietários, individualmente, ou mediado por Escritórios de Compra e Venda e pelas Casas de Comissão, que se multiplicaram na década de 70. Na medida em que ganhavam espaço e destaque em anúncios maiores, as páginas do jornal demonstram o crescimento dessas empresas e do negócio que representava o remanejamento interno de 'peças' cativas em meio à emergência do trabalho livre.

Buscou-se reunir nos anúncios do *Jornal do Commercio* entre outros enunciados que identificam e dão a ler a presença de escravas amas-de-leite na Corte Imperial, particularmente nas duas últimas décadas da monarquia.

Relendo anúncios que oferecem e demandam aquelas mulheres para aluguel, compra e venda, evidenciam-se alguns sentidos impressos e expressos em corpos sob a forma de marcas de raça-etnia forjadas sobre as de sexo-gênero (ou vice-versa), entre outras, indicativas de suas capacidades biológicas e sugestivas de seus comportamentos e predicativos morais. São sinais que conferem uma qualificada distinção às mulheres escravas negociadas para o serviço de nutriz e que também sinalizam para sua desclassificada localização social.

São sinais, finalmente, definidos e veiculados por diferentes discursos que configuram uma política de produção de identidades. Nela, as amas-de-leite são materializadas em imagens de corpos reprodutores e nutrizas que geram rendas do leite produzido; corpos que, além disso, prenes de sinais culturais, exprimem uma norma na sociedade escravocrata oitocentista.

O registro do viajante suíço é revelador de tramas que entretecem alguns desses sinais:

Perto de minha casa, havia uma espécie de maternidade, de uma parteira francesa; recebia como pensionistas escravas, fazia o parto, cuidava delas e se encarregava de alugá-las, de separá-las dos filhos, operações muito desagradáveis para os senhores e pelas quais era fartamente recompensada. Nesse dia, ela anunciara uma ama-de-leite: fui à casa dela e expliquei a razão de minha visita; era uma matrona refinada, que não se intimidava facilmente.

Gritou para o fundo do jardim: "Rose, Rose! Venha cá!". Rose apareceu, era uma rosa negra, variedade desconhecida nas florestas de Fontenay e Harlem. "Cheguem aqui, minha filha", disse a parteira com um tom carinhoso; "Você poderá dizer que tem sorte! O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você, você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe de presente, dinheiro! Que beleza!".

Essa linguagem me pareceu sedutora, contudo, ao levantar os olhos, dei com Rosa transtornada de dor, duas lágrimas silenciosas rolando pelas faces; sorte estranha, pensei, essa que faz rolar lágrimas de desespero!

Após um momento de silêncio, a pobre moça, se armando de coragem, respondeu energicamente: "É meu filho, que vai ser dele? Vou abandoná-lo?"

"Vamos! Vamos! Não comece a criar caso, agora com o seu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, vai enviá-lo para o campo, onde nada lhe faltará".¹⁰¹

Um anúncio e dois avisos reafirmam o registro do viajante e revelam indícios das práticas de parteiras que, além de receberem as gestantes e cuidarem de dar seus rebentos à luz, faziam o resto do serviço para os proprietários, isto é, encaminhavam aqueles corpos nutrízes para aluguel no Rio de Janeiro e os corpos das crianças para lugares outros que, no registro, não se consegue saber ao certo.

No primeiro anúncio de 18 de agosto de 1872, a parteira Borget oferece para aluguel dois corpos anônimos de "boas amas de leite". Os enunciados seguintes são dos dias 19 e 20 do mesmo mês e ano, respectivamente. Neles, outra parteira, provavelmente com a anuência ou o receio da reação do proprietário, reclama da fuga de Maria que tem nome e outros sinais bem marcados, expressos na "côr fula, desdentada, beijuda, pés grandes e chatos, signaes de queimadura nas mãos e muito prosa" e ainda na "capa roxa" que teria levado.

Os sinais de Maria exprimem marcas do trabalho duro da vida cativa e remetem ao "*desespero*" e à "*sorte*" de Rose ou Rosa.

ALUGÃO-SE duas boas amas de leite; na casa da parteira Borget, rua da Guarda Velha n. 2.¹⁰²

MARIA FUGIDA

Fugio da casa da parteira Daure (sic), na rua da Carioca, a preta Maria, de estatura regular, fula, desdentada e beijuda; quem a tiver acoutada pagará 5\$ por dia até quando apparecer, e protesta-se co todo o rigor da lei.¹⁰³

ES CRAVA MARIA

Fugio, da casa da parteira Daude (sic), á rua da Carioca, a preta Maria, de côr fula, desdentada, beijuda, pés grandes e chatos, signaes de queimadura nas mãos e muito prosa: levou uma capa roxa; protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutada e por 5\$ por dia até quando apparecer.¹⁰⁴

Notas e Referências:

- 1 *Jornal do Commercio*, quarta-feira, 27 de novembro de 1872.
- 2 Kátia Maria de Queirós MATTOSO. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978, pp. 86-7.
- 3 Entre 1850 e 1872, o número de portugueses dobrou (de 1/10 para 1/5 da população total), caindo a porcentagem referente aos escravos e também africanos, alterando a composição social da população urbana. A população total pouco aumentou. Dos 206 mil habitantes em 1850, 79 mil eram cativos (38%). Dos 274.972 estimados em 1872, 48.939 eram escravos (17,8%). L. F. de ALENCAS-

- TRO. Vida privada e ordem privada no Império. In: Fernando NOVAES (dir.) & Luiz Felipe de ALENCASTRO (org.). *História da Vida Privada no Império. Império. a corte e a modernidade nacional* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 24-31 e Quadros Geraes. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. FBN. OR-94, n. 1. Sobre a elevação do preço dos escravos após 1850, ver também: Marilene Rosa Nogueira da SILVA. *Negro na Rua. a nova face da escravidão* São Paulo: Hucitec, 1988.
- 4 *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 22 de agosto de 1872.
 - 5 Michel BOZON. *Sociologia da Sexualidade* [Trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 29.
 - 6 *Id.*, *ibidem*, p. 30.
 - 7 Cativas até 28 de setembro de 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, pela qual os nascituros são reconhecidos libertos, além de ser reconhecido o direito dos escravos à auto-compra.
 - 8 L. F. de ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 17.
 - 9 Ina Von, BINZER. *Os Meus Romanos. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. [Trad. Alice Rossi e Luisita da G. Cerqueira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 19-22. (Col. Literatura e Teoria Literária).
 - 10 Michel, BOZON. *Op. cit.*, p. 105.
 - 11 Sobre o tráfico atlântico, a reprodução física dos escravos e a lógica empresarial do escravismo, ver: Manolo FLORENTINO, *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)* São Paulo: Companhia das Letras, 1997 e Manolo FLORENTINO e José Roberto GÓES. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790–c 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
 - 12 Cristiano OTTONI. Desprezo pelas crias. In: Edison CARNEIRO. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 227.
 - 13 Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I e da criação da Guarda Nacional, é aprovada a primeira lei de extinção do tráfico, que declarava livres os escravos que viessem de fora do Império. Só em 1850, porém, foi promulgada a Lei Euzébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro para o Brasil.
 - 14 Mary C. KARASCH. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. *Op. cit.*, pp. 166-167.
 - 15 *Id.*, *ibidem*.
 - 16 Sobre a balança negativa de crescimento da população escrava, Viotti refere-se aos estudos quantitativos realizados por Peter Eisemberg, Warren Dean, Robert Slenes e Carvalho de Mello. Cf. Emilia Viotti da COSTA. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998, p. 50.
 - 17 Mary C. KARASCH. *Op. cit.*, pp. 166-167.

- 18 Cristiano OTTONI. Desprezo pelas crias. (...) *Op. cit.*, p. 227.
- 19 M. BOZON. *Op. cit.*, p. 30.
- 20 Foram priorizados anúncios das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, período em que houve expressivo crescimento da oferta e da demanda de escravos na cidade e, além disso, observa-se a sistematização da informação no periódico.
- 21 *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.
- 22 Foram analisadas 07 teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no período de 1847 a 1880 para a elaboração da referida tese, entre elas: José Ribeiro dos Santos Zamith (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1869; Murillo Mendes Vianna (1869). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*; Luiz Augusto Corrêa d'Azevedo (1872). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1873; Juvenal Martiniano das Neves (1873). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1873; Celso Eugênio dos Reis (1874). *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Typ. e Liv. De Oliveira e Silva, 1874; Thomaz Eboli (1880). *A Hygiene e os prejuízos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de C. de Vasconcellos, 1880.
- 23 *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.
- 24 *Idem*, quarta-feira, 10 de julho de 1867.
- 25 *Idem*, sexta-feira, 3 de agosto de 1877.
- 26 *Idem*, sexta-feira, 28 de julho de 1882.
- 27 G., VACHER DE LAPOUGE. *Les Selections Sociales*. Paris: Thorin et Fils, 1896. Apud Philippe POUTIGNAT, Jocelyne STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. [Trad. Elcio Fernandes]. 2ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 33-4.
- 28 P. POUTIGNAT, J. STREIFF-FENART. *Op. cit.*, pp. 33-4.
- 29 E. RENAN. L'Avenir de la science, pp. 859-861. Apud: Tzvetan TODOROV. *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. [Trad. Sérgio Góes de Paula]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, v. 1. pp. 121-8.
- 30 *Idem. Histoire générale*, t. VIII, 1855, pp. 576-8. Apud T. TODOROV. *Idem*, pp. 121-8.

- 31 Sobre G. L. L. de BUFFON (1707-1788), E. RENAN (1823-1892) e G. LE BON (1841-1931).
- 32 *Id., ibidem.*
- 33 G. LE BON. *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples* (1894), 1902. Apud T. TODOROV, *Op. cit.*, pp. 121-8.
- 34 E. RENAN. *Histoire générale*, t. VIII, 1855, p. 586. Apud T. TODOROV. *Idem*, pp. 121-8.
- 35 G.-L.L. de BUFFON. *Oeuvres Completes*. Pourrat Frères, 22 vol. 1833-1834. Apud T. TODOROV. *Idem*, pp. 121-128.
- 36 Weber contribui, nesse aspecto, ao entender que a "etnia, como a nação, fica do lado da crença do sentimento e da representação coletiva, contrariamente à raça, que fica do lado do parentesco biológico efetivo". Sobre o assunto, ver: P. PUTIGNAT; J. STREIFF-FENART. *Op. cit.*, p. 41.
- 37 Refiro-me à *episteme*, como "conjunto de relações entre ciências, figuras epistemológicas, positivities e práticas discursivas [que] permite compreender o jogo de coações e limitações que, em um momento determinado, se impõe ao discurso". Mivhel FOUCAULT. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 217.
- 38 P. POUTIGNAT; J. STREIFF-FENART. *Op. cit.*, pp. 41-2.
- 39 *Id., ibidem*, pp. 41-2.
- 40 P. WADE. "Race", *nature and culture*. *Man*, v.28, n.1, p.1734, Mar. 1993. Apud P. POUTIGNAT; J. STREIFF-FENART. *Op. cit.*, pp. 41-2.
- 41 P. POUTIGNAT; J. STREIFF-FENART. *Op. cit.* pp. 41-2.
- 42 *Id., ibidem*, p. 43.
- 43 J. BAZIN. A Chacun son Bambara. In: J. L. AMSELLE, M'BOKOLO (Org.) *Au Coeur de l'Ethnie. Ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985, p.94. Apud P. POUTIGNAT, J. STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade. Op. cit.*, p. 57.
- 44 C.F.P. Von MARTIUS. "Como escrever a história do Brasil". *Revista do IHGB*, Tomo 6, s/d, p. 381.
- 45 Louis AGASSIZ e Elizabeth Cary AGASSIZ. *Viagem ao Brasil* (1865-66). [Trad. de Edgard Süssekind de Mendonça]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira. V 95).
- 46 Lilia Moritz SCHWARCZ. *Racismo no Brasil. Op. cit.*, pp.22-6.
- 47 *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 14 de maio de 1868.
- 48 *Idem*, sabbado, 9 de maio de 1868.
- 49 T. TODOROV. *Op. cit.*, pp. 121-8.
- 50 Sobre o conceito, ver: Michel FOUCAULT. *História da Sexualidade. A von-*

- tade de saber*. [Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque]. 13ª ed. Vol1. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.31.
- 51 Dr. Celso Eugenio dos, REIS. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral* (...). *Op. cit.*, p. 13.
- 52 Thomaz EBOLI. *Op. cit.*, pp. 6-7.
- 53 *Jornal do Commercio*, terça-feira, 2 de abril de 1872.
- 54 *Idem*, sexta-feira, 5 de abril de 1872.
- 55 *Idem*, sabbado, 23 de novembro de 1872.
- 56 *Idem*, segunda-feira, 25 de novembro de 1872.
- 57 *Idem*, quinta-feira, 2 de maio de 1867.
- 58 *Idem*, sabbado, 3 de agosto de 1867.
- 59 *Idem*, terça-feira, 22 de junho de 1869.
- 60 *Id.*, *ibidem*.
- 61 *Idem*, quinta-feira, 22 de agosto de 1872.
- 62 Dr. Murilo Mendes VIANNA. *Do aleitamento natural, artificial e mixto* (...). *Op. cit.*, p. 40.
- 63 *A Mãe de Família*, 1º. Anno. nº 9, maio de 1879, Palestra do Médico IX, pp. 66-7.
- 64 *Idem*
- 65 Louis COUTY. *A Escravidão no Brasil*. [Trad. Maria Helena Rouanet]. Rio de Janeiro: MinC/FCRB, 1988, pp.92-3.
- 66 Sandra Lauderdale GRAHAM. *Proteção e Obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.111.
- 67 *A Mãe de Família*, 1º. Anno. n. 1, Janeiro de 1879, p. 2. Editorial.
- 68 Refiro-me ao poema *Ricordanza della mia gioventù*. In: Augusto dos ANJOS. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996
- 69 Como a escrava que foge, 'Arminda', no conto *Pai contra Mãe* de Machado de Assis. In: Machado de ASSIS. *Relíquias da Casa Velha*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre: W. H. Jackson Inc Ed., 1946, v.2. A análise de imagens de amas-de-leite em discursos da literatura e da iconografia foi realizada na terceira parte da referida tese.
- 70 *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 25 de novembro de 1872.
- 71 *Idem*, quinta-feira, 21 de novembro de 1872.
- 72 *Idem*, quinta-feira, 12 de julho de 1877.
- 73 José Ribeiro dos Santos ZAMITH. *Op. cit.*, p. 17.
- 74 *Id.*, *ibidem*.
- 75 *A Mãe de Família*, 1º. Anno. nº 12, junho de 1879, palestra XII, p. 91.
- 76 *Idem*
- 77 *Idem*

- 78 Dr. Murillo Mendes VIANNA. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral* () *Op. cit.*
- 79 *Id., ibidem*, p. 32.
- 80 *Id., ibidem*
- 81 Tais 'idiosyncrasias' eram observadas também nas mulheres que, julgadas pelo leite e qualidades físicas e moraes consideradas favoráveis, apresentavam-se inadequadas para o aleitamento e vice-versa. Ver: Dr. Celso dos REIS. *Op. cit.*
- 82 Juvenal Martiniano das NEVES. *Do aleitamento natural, artificial e mixto e particularmente do mercenário* (..) *Op. cit.*, pp. 25-6.
- 83 *Id., ibidem*
- 84 *Id., ibidem.*
- 85 *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.
- 86 *Idem*, quinta-feira, 4 de janeiro de 1872.
- 87 *Idem*, quarta-feira, 10 de abril de 1872.
- 88 *Idem*, sexta-feira, 12 de abril de 1872.
- 89 *Idem*, quarta-feira, 5 de julho de 1882.
- 90 *Idem*, quarta-feira, 11 de julho de 1872.
- 91 *Idem*, quarta-feira, 6 de maio de 1868.
- 92 *Idem*, sabbado, 4 de agosto de 1877.
- 93 *Idem*, sabbado, 16 de julho de 1887.
- 94 *Idem*, terça-feira, 30 de agosto de 1887.
- 95 *Idem*, quarta-feira, 21 de agosto de 1872.
- 96 Da abordagem de Hebe Mattos, depreende-se que as lutas contra a escravidão e contra a discriminação racial na sociedade brasileira estiveram muito próximas, mesmo que ela recomende não confundi-las, ao longo do século XIX. Hebe Maria MATTOS. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico* *Op. cit.*, pp. 16-21.
- 97 *Id. Ibidem*, p. 21.
- 98 Lilia Moritz SCHWARCZ. *Racismo no Brasil*. *Op. cit.*, p. 43.
- 99 *Id., ibidem*.
- 100 *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 1º de setembro de 1887.
- 101 Charles PRADEZ, pp.195-202. *Apud* LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997, pp. 89-90.
- 102 *Jornal do Commercio*, domingo, 18 de agosto de 1872.
- 103 *Idem*, segunda-feira, 19 de agosto de 1872.
- 104 *Idem*, terça-feira, 20 de agosto de 1872.